Acesso à Justiça no Brasil

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Bruna Fidelis Nogueira
Maria Eduarda Gomes Alfano

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O acesso à justiça no nosso país é um direito fundamental garantido na Constituição Federal de 1988 (artigo 5a, inciso XXXV), ele possibilita que todos possam reivindicar seus direitos e busca garantir que o estado tenha uma atuação onde medidas sejam tomadas caso tenha violação de algum direito ou garantia. No mesmo artigo da CF, temos o inciso LXXIV que diz: “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Dadas as informações, pode-se ver que o acesso à justiça no país é algo garantido a toda a população, e esse acesso deveria ser ainda mais fácil com a justiça gratuita, como uma forma de ajuda a pessoas com menor poder econômico e que não conseguiria arcar com as custas necessárias de um processo.

Objetivo

O acesso à justiça no Brasil é essencial para assegurar os direitos fundamentais e a igualdade de todos perante a lei. No entanto, desafios como a morosidade processual, o alto custo de serviços advocatícios e a desigualdade socioeconômica limitam essa garantia, especialmente para a população de baixa renda.

Material e Métodos

Embora seja um direito garantido pela constituição, ainda sim o Brasil enfrenta alguns desafios que dificultam a realização desse acesso, principalmente para as pessoas que mais necessitam desse direito. O maior problema visível no Brasil é a desigualdade
social, e esse problema se estende para a parte jurídica, visto que a falta de conhecimento e informação sobre os direitos que acercam a população mais pobre da
sociedade é maior do que deveria, impedindo que essas pessoas saibam como e onde buscar ajuda quando seus direitos são violados, a falta de programas de
conscientização e orientação jurídica deixa ainda mais essa parte da população em desfalque quanto a parte mais rica e privilegiada.Embora garantido pela Constituição, o acesso à justiça no Brasil enfrenta obstáculos como desigualdade, falta de informação e lentidão. A defensoria pública sofre com escassez de profissionais,

dificultando o atendimento à população mais pobre.

Resultados e Discussão

Voltando na questão do desconhecimento da população sobre seus direitos, existem métodos alternativos como a mediação, conciliação e a arbitragem que também não é divulgado da maneira correta e as pessoas que precisariam desse tipo de ajuda, desconhecem das vantagens e a possibilidade de se usar esses outros métodos. Com isso, elas recorrem ao meio tradicional mesmo que outras opções possam se tornar mais adequadas e possivelmente eficientes para a resolução de seus conflitos.

Conclusão

Embora o acesso à justiça seja garantido pela Constituição, há desafios que dificultam seu alcance, especialmente para os mais pobres. A lentidão dos processos, a desigualdade social e o desconhecimento dos direitos são barreiras comuns. Para melhorar essa situação, é essencial investir na defensoria pública e em programas de conscientização sobre direitos. Essas medidas podem facilitar o acesso à justiça e aumentar a confiança e segurança das pessoas ao defenderem seus direitos.

Referências

Constituição Federal de 1988, Código de Processo Civil
https://www.bing.com/ck/a?!&&p=89a3c42e6f8101d830ffe60012de9e2a61a1120c1e1e2d0fae519603309639b2JmltdHM9MTczMDc2NDgwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=1eb172cc-cb80-675e-19b9-613dca7b6673&psq=acesso+a+justi%c3%a7a+no+brasil&u=a1aHR0cHM6Ly9wb2xpdGl6ZS5jb20uYnIvYXJ0aWdvLXF1aW50by9wcmluY2lwaW8tY29uc3RpdHVjaW9uYWwtZG8tYWNlc3NvLWEtanVzdGljYS8&ntb=1

https://www.bing.com/ck/a?!&&p=20da1882a086702ee0ee0bed3f5d54129c78dd9a9e0b4900bd68540265e0612dJmltdHM9MTczMDc2NDgwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=1eb172cc-cb80-675e-19b9-613dca7b6673&psq=acesso+a+justi%c3%a7a+no+brasil&u=a1aHR0cHM6Ly93d3cucG9saXRpemUuY29tLmJyL2FjZXNzby1hLWp1c3RpY2Ev&ntb=1
https://www.bing.com/ck/a?!&&p=a43552fddf9daedd3a